



VENERÁVEL IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO TERÇO E CARIDADE

Relatório e Contas 2018

Assembleia Geral de 27/03/2019



VENERÁVEL IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO TERÇO E CARIDADE

Associação. Pessoa Jurídica Canônica de Natureza Pública.

NIPC: 500 846 669

Sede: Travessa Cimo de Vila, n.º19, 4000-171 Porto

Assembleia Geral - Convocatória

Convocam-se os associados, irmãos beneficentes, para a reunião da Assembleia Geral que terá lugar na sede social na sala de sessões no próximo dia 27 de Março pelas 14 horas, para discutir e deliberar sobre os seguintes pontos da **Ordem de Trabalhos**:

1 - Discussão e deliberação sobre o relatório e contas de exercício do ano anterior apresentados pela Mesa Administrativa e do parecer do Definitório;

Se à hora marcada, não estiver presente mais de metade dos associados com direito de voto, a Assembleia reunirá 30 minutos depois, com qualquer número de presenças.

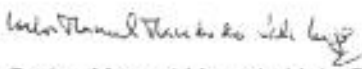
Os documentos referentes ao ponto da Ordem de Trabalhos estão publicados no site da Irmandade em <http://www.ordemdoterco.pt>

Dada a sua importância para o efeito do funcionamento da Assembleia Geral transcreve-se o estabelecido no artigo 23 dos Estatutos da Irmandade em consonância com o definido no artigo 56º do Dec. Lei 172-A/2014 de 14 Nov.:

1. A Assembleia Geral é composta por todos os irmãos beneficentes no pleno gozo dos seus direitos.
2. Só os irmãos beneficentes, maiores, um ano após a sua inscrição efetiva enquanto tal, podem votar nas Assembleias Gerais e eleger ou serem eleitos para os órgãos da Irmandade.
3. Um irmão pode fazer-se representar por outro irmão nas reuniões da Assembleia Geral, mediante carta mandadeira subscrita pelo representado em que esteja especificada a reunião a que se refere o mandato.
4. Cada irmão não poderá representar mais de um outro irmão.

Porto, 11 de Março de 2019

O Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral


(Dr. Carlos Manuel Macedo Vale Grijó)



VENERÁVEL IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO TERÇO E CARIDADE

Relatório da Mesa Administrativa

2018

RELATÓRIO DA MESA ADMINISTRATIVA RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2018

PREZADOS IRMÃOS

No cumprimento das disposições estatutárias, submetemos à apreciação de V. Ex^{as} o Relatório, Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2018.



1. Provedoria

1.1 Preâmbulo

Apesar das dificuldades por que tem vindo a atravessar nos últimos anos, resultantes das responsabilidades assumidas no âmbito do PER (Plano Especial de Revitalização) aprovado em 2014, a Irmandade está a cumprir rigorosamente o PER e todos os seus compromissos, encontrando-se a situação regularizada perante terceiros.

1.2 Atividades Desenvolvidas

Atenta a importância que tiveram ou poderão vir a ter na atividade da Irmandade, focalizam-se a seguir os aspetos considerados relevantes no final de 2018:

- Está restabelecida a normalidade das relações com a Involvement, a qual está a cumprir o contrato de arrendamento em vigor, designadamente o pagamento das rendas fixas e variáveis.
- Encontram-se pagas as prestações do PER de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018 no montante global de € 662.248,97
- Foram pagas dívidas vencidas a fornecedores e ex-trabalhadores não incluídos no PER da ordem dos € 200.000.
- Em 2018 foi vendido 50% do prédio da Rua 9 de Julho, pelo montante de € 75.000, não havendo necessidade de vender mais nenhum património da Irmandade, já que no final de 2019 o passivo da Irmandade fica praticamente reduzido a zero.

- Quando às prestações do PER vincendas em 2019 e 2020, nos montantes de € 43.261 e € 41.566, respectivamente, não haverá qualquer dificuldade em cumprir, uma vez que os rendimentos correntes da Irmandade são suficientes para assegurar o seu reembolso.
- No final de 2017 foi apresentada uma candidatura ao Portugal 2020, no montante de €200.000, com apoio a fundo perdido da ordem dos 60%, com vista à recuperação da fachada e cobertura do edifício da igreja, que se encontra muito degradada, a necessitar de obras de recuperação urgentes.
- Estamos a ultimar o processo de candidatura ao IFRU para recuperação da cobertura e fachada do edifício sede e recuperação dos claustros do museu e área administrativa da Irmandade.

Ry
N.
Hofman
Ch
W. Seidde

1.3. Corpos Gerentes

Em Assembleia Geral Extraordinária de 26 de junho de 2018, foram recompostos os órgãos sociais da Irmandade, eleitos em dezembro 2015, dado que havia lugares não preenchidos e cujos mandatos terminam no final de 2019.

2. Atividade Operacional

2.1. Hospital

A atividade hospitalar tem vindo a ser desenvolvida com normalidade pela Involvepeople, em virtude do contrato celebrado com aquela Entidade.

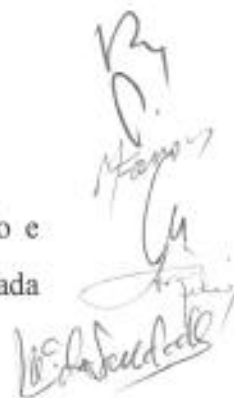
2.2. Família e Comunidade

Por força do contrato celebrado com a Involvepeople, o acompanhamento dos Utentes adstritos a esta valência, é da responsabilidade daquela entidade, não deixando os Corpos Sociais de acompanhar o cumprimento do estabelecido naquele contrato.

2.3. Igreja

Durante o ano foi assegurado o Culto bem como a assistência religiosa aos doentes que a solicitaram, tendo-se também realizado as comemorações festivas, com destaque para:

- Quinta-Feira Santa com as habituais cerimónias
- Festa da Padroeira
- Fiéis Defuntos com responsos no cemitério privativo do Prado do Repouso
- Solenidade da Imaculada Conceição com Missa da parte da manhã e Exposição e Bênção do Santíssimo Sacramento, recitação do Terço e Consagração à Imaculada Conceição.



2.4. Cemitério

Foram verificados os seguintes dados de actividade de 2018: Inumações 25; trasladações 11; conservações 12; averbamentos 11.

3. Situação Económico-Financeira

3.1. Situação Patrimonial

A evolução da situação patrimonial da Irmandade pode traduzir-se do seguinte modo:

Rubricas	2018	2017	2016	2015	2014
Ativo	1 498 550	1 588 957	1 705 233	1 696 571	1 814 012
Passivo	137 980	289 914	408 160	1 004 497	877 908
Fundos Patrimoniais	1 360 570	1 299 043	1 275 952	692 074	936 104

Do passivo reportado a 31/12/2018 destacam-se as seguintes rubricas:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2018</u>
- Fornecedores	€ 74.819	€ 46.685
- PER	€ 216.924	€ 84.827

3.2. Resultados do Exercício

O Resultado Líquido do Exercício foi positivo no valor € 61.525,66, contra € 55.091 de 2017.

A evolução dos resultados foi a seguinte nos últimos anos:

Rubricas	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Resultados Operacionais	(267.104)	(1.010.369)	(15.676)	(139.700)	141.518	339.848	55.091	61.525
Resultados Financeiros	135.019	22.017	71.913	78.521	102.511	0	0	0
Resultados Extraordinários	107.037	387.511	(7.300)	(60)	0	0	0	0
Resultado Líquido Exercício	(152.705)	(600.840)	48.936	(61.239)	244.029	339.848	55.091	61.525

R. N. H. 7
16/5/2018

As mais-valias provenientes da venda de património imobiliário nos últimos anos foram as seguintes:

. 2014 - € 166.185,18
. 2015 - € 247.481,82
. 2016 - € 264.685,60
. 2017 - 0
. 2018 - € 11.712,48

4. Perspetivas para o Futuro

Para 2019 e anos seguintes as perspetivas são boas, na medida em que termina o cumprimento do PER e começamos a receber as rendas do projecto guest house. Também em 2019 tencionamos distratar a hipoteca a favor dos ex-empregados, que incide sobre o edifício sede.

Para 2019 as prioridades são as seguintes:

1. Cumprir o PER e pagar todas as dívidas atrasadas que subsistam.
2. Recuperar o cemitério e fazer o inventário dos jazigos, publicar editais e procurar vender alguns dos que estiverem ou fiquem devolutos.
3. Angariação de novos irmãos.
4. Recuperar a fachada e a cobertura da igreja no âmbito do projeto cuja candidatura foi apresentada em 4 de dezembro de 2017.
5. Procurar abrir a igreja ao público.
6. Recuperar a fachada e a cobertura do edifício Sede, apresentando, para o efeito, uma candidatura ao IFRRU.
7. Institucionalizar a Liga dos Amigos do Hospital do Terço.

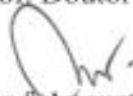
5. Aplicação dos Resultados

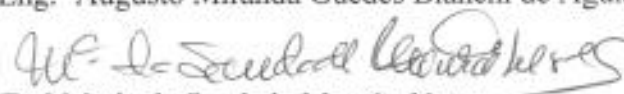
Para os Resultados Líquidos positivos de € 61.525,66, a Mesa Administrativa propõe à Assembleia Geral a transferência para a conta de Resultados Transitados.

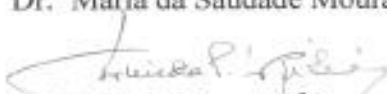
Porto, 19 de Março de 2019

A Mesa Administrativa,

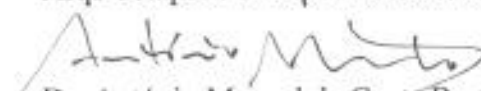

Prof. Doutor Manuel Ramos Mações (Provedor)

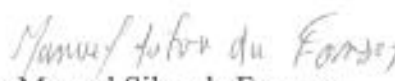

Eng.º Augusto Miranda Guedes Bianchi de Aguiar


Dr.ª Maria da Saudade Mourão Neves


Dr.ª Arlinda Pinto Ribeiro


Arq.º Joaquim Orlando Fonseca Massena


Dr. António Manuel da Costa Bastos


Sr. Manuel Silva da Fonseca

INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL

Porto

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE

2018

DENOMINAÇÃO: VENERÁVEL IRMANDADE DE Nª SENHORA DO TERÇO E CARIDADE

MORADA: Travessa Cimo de Vila, 19

LOCALIDADE: Porto

FREGUESIA: Sé

CONCELHO: Porto

COD. POSTAL: 4250-327

EM ____/____/____

(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIRECÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA:

Porto, 19.03.2019

~~Porto~~ Porto, 27 de Março de 2019

ASSINATURAS:

ASSINATURA DO PRESIDENTE

António Manuel Almeida de Jesus Loureiro

VENERÁVEL IRMANDADE DE Nª SENHORA DO TERÇO E CARIDADE
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte : 500846669
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-18	31-dez-17
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 341 780,07	1 444 791,03
Investimentos financeiros	9.1	12 661,87	12 661,87
		1 354 441,94	1 457 452,90
Ativo corrente			
Créditos a receber	9.2	28 740,89	33 179,41
Diferimentos	9.4	41 357,80	24 466,10
Outros ativos correntes	9.3	6 123,83	5 833,60
Caixa e depósitos bancários	9.5	67 885,62	68 025,63
		144 108,14	131 504,74
Total do ativo		1 498 550,08	1 588 957,64
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	9.6	617 137,70	617 137,70
Resultados transitados	9.6	-1 150 615,03	-1 205 706,15
Excedentes de revalorização	9.6	1 832 521,03	1 832 521,03
		1 299 043,70	1 243 952,58
Resultado líquido do período		61 525,66	55 091,12
Total dos fundos patrimoniais		1 360 569,36	1 299 043,70
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	5	10 430,26	15 775,41
		10 430,26	15 775,41
Passivo corrente			
Fornecedores	9.7	46 685,27	74 819,40
Estado e outros entes públicos	9.8	661,76	537,64
Outros passivos correntes	9.9	80 203,43	198 781,49
		127 550,46	274 138,53
Total do passivo		137 980,72	289 913,94
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 498 550,08	1 588 957,64

A Direção

Contabilista Certificado

VENERÁVEL IRMANDADE DE Nª SENHORA DO TERÇO E CARIDADE
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte : 500846669

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 018	2 017
Vendas e serviços prestados	6	1 325,00	2 800,00
Subsídios, doações e legados à exploração	9.10	1 063,69	950,53
Fornecimentos e serviços externos	9.11	-30 978,41	-23 601,17
Gastos com o pessoal	7	-30 374,47	-34 263,02
Outros rendimentos	9.12	166 305,06	156 125,49
Outros gastos	9.13	-6 091,77	-7 013,25
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		101 249,10	94 998,58
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-39 723,44	-39 907,46
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		61 525,66	55 091,12
Resultados antes de impostos		61 525,66	55 091,12
Resultado líquido do período		61 525,66	55 091,12

A Direção

Contabilista Certificado

F3M - Information Systems, SA
 processado por computador

W. de Saude

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Funcionamento Geral	PERÍODOS	
			2018	2017
Vendas e serviços prestados	6	1 325,00	1 325,00	2 800,00
Custo das vendas e dos serviços prestados	7	-30 374,47	-30 374,47	-34 263,02
Resultado Bruto		-29 049,47	-29 049,47	-31 463,02
Outros Rendimentos		167 368,75	167 368,75	157 076,02
Gastos administrativos		-71 018,57	-71 018,57	-63 508,63
Outros Gastos		-5 775,05	-5 775,05	-7 013,25
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		61 525,66	61 525,66	55 091,12
Resultado antes de impostos		61 525,66	61 525,66	55 091,12
Resultado líquido do período		61 525,66	61 525,66	55 091,12

A Direção

Contabilista Certificado

VENERÁVEL IRMANDADE Nª SENHORA TERÇO E CARIDADE
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		1 325,00	2 800,00
Pagamentos a fornecedores		-30 714,23	-53 108,30
Pagamentos ao pessoal		-136 502,74	-136 184,74
Caixa gerada pelas operações		-165 891,97	-186 493,04
Outros recebimentos/pagamentos		-25 498,98	12 260,49
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-191 390,95	-174 232,55
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		0,00	-26 492,84
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		195 515,30	114 570,20
Juros e rendimentos similares		17,10	69,02
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		195 532,40	88 146,38
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		1 063,69	950,53
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-5 345,15	-5 345,15
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-4 281,46	-4 394,62
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-140,01	-90 480,79
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		68 025,63	158 506,42
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9.5	67 885,62	68 025,63

A Direção

O Contabilista Certificado


Mr.
I. T. M.
Ferreira
Luis Vitor
Luis Vitor
Luis Vitor



VENERÁVEL IRMANDADE DE N^a SENHORA DO TERÇO E CARIDADE

Anexo
Demonstrações Financeiras
2018

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Ativos Fixos Tangíveis	11
5	Empréstimos Obtidos.....	11
6	Rédito.....	11
7	Benefícios dos empregados	12
8	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	12
9	Outras Informações	12
9.1	Investimentos Financeiros	12
9.2	Créditos a Receber	12
9.3	Outros Ativos Correntes.....	13
9.4	Diferimentos	13
9.5	Caixa e Depósitos Bancários	13
9.6	Fundos Patrimoniais	13
9.7	Fornecedores	13
9.8	Estado e Outros Entes Públicos	13
9.9	Outros Passivos Correntes	14
9.10	Subsídios, doações e legados à exploração	14
9.11	Fornecimentos e serviços externos	14
9.12	Outros rendimentos.....	14
9.13	Outros gastos	15
9.14	Resultados Financeiros	15
9.15	Acontecimentos após data de Balanço.....	15

1 Identificação da Entidade

A "VENERÁVEL IRMANDADE DE Nª SENHORA DO TERÇO E CARIDADE" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Instituição Particular de Solidariedade Social", registada na Direção-Geral da Solidariedade e Segurança Social, no livro 2 das Associações de Solidariedade Social, a folhas 176 e verso, sob o n.º 56/85, em 14/08/1985, com sede na Travessa Cimo de Vila, 19 na cidade do Porto.

A Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade prossegue o bem público eclesial na sua área de intervenção, de acordo com as normas da Igreja Católica e tem como fins a promoção da solidariedade e caridade cristãs, da cultura, educação e a integração comunitária e social – na perspetiva dos valores do Evangelho – de todos os habitantes da comunidade onde está situada, especialmente dos mais pobres.

São ainda fins principais específicos da Irmandade:

- a) De acordo com as suas possibilidades, diretamente ou através de serviços a baixo custo ou gratuitos, conceder auxílios financeiros aos mais necessitados, irmãos e habitantes da comunidade onde está situada.
- b) Gerir, direta ou indiretamente, o Hospital do Terço e instituições anexas em ordem a, de acordo com as suas possibilidades, dar proteção aos irmãos necessitados na eventualidade da doença, podendo estender essa assistência a não irmãos, nas condições que definir em regulamentação interna.
- c) De acordo com as suas possibilidades, proteger os irmãos idosos ou inválidos, criando-lhes condições de acesso a uma estadia permanente.
- d) Dar integral cumprimento às disposições testamentárias dos seus benfeitores.
- e) Promover o culto religioso no seu templo privativo, de harmonia com a liturgia da Igreja Católica.
- f) Realizar as festividades à sua Padroeira, Nossa Senhora do Terço e Caridade e à Imaculada Conceição.
- g) Mandar celebrar no seu templo todos os domingos e dias de preceito da Igreja, uma missa por intenção de todos os irmãos vivos e defuntos e ainda pelos doentes internados no Hospital do Terço.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL)

aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259 /2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).

2018
2015
para
tho;
Vet Social

3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceitual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este

pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período, cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa e seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa e seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de Investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento informático	5
Equipamento administrativo	6
Ferramentas e utensílios	4
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando adições, abates e alienações, depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas da seguinte forma:

Descrição	31-12-2017	Adições	Alienações	Transferência	31-12-2018
Edifícios e outras construções	9.126.495,75		405.099,48		8.721.396,27
Equipamento Básico	990.761,63				990.761,63
Equipamento de Transporte	229,79				229,79
Equipamento Administrativo	283.514,91				283.514,91
Outros ativos fixos tangíveis	1.329,26				1.329,26
Ativo Tangível Bruto	10.402.331,34	0,00	405.099,48	0,00	9.997.231,86
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e outras construções	7.683.691,30	38.975,72	341.811,96		7.380.855,06
Equipamento Básico	990.761,63				990.761,63
Equipamento de Transporte	229,79				229,79
Equipamento Administrativo	281.528,33	747,72			282.276,05
Outros ativos fixos tangíveis	1.329,26				1.329,26
Depreciações Acumuladas	8.957.540,31	39.723,44	341.811,96		8.655.451,79
Ativo Tangível Líquido	1.444.791,03	-39.723,44	-63.287,52	0,00	1.341.780,07

5 Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimo Bancário BBVA	0,00	3.974,30	3.974,30	0,00	6.091,47	6.091,47
Outros financiadores – Sr. Provedor	0,00	6.455,96	6.455,96	0,00	9.683,94	9.683,94
Total	0,00	10.430,26	10.430,26	0,00	15.775,41	15.775,41

6 Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Prestação de Serviços	1.325,00	2.800,00
Quotas e jolas	1.325,00	2.800,00
Outros Réditos	17,10	69,02
Juros e rendimentos aplicações financeiras	17,10	69,02
Total	1.342,10	2.869,02

7 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais é de "7".

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2018 e 2017 foi de "2".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações ao pessoal	24.928,15	28.142,75
Encargos sobre as Remunerações	5.116,26	5.803,71
Seguros de Acidentes no Trabalho	330,06	316,56
Total	30.374,47	34.263,02

Handwritten signatures and initials:
 1. m
 2. m
 3. m
 4. m
 5. m
 6. m
 7. m

8 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

9 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

9.1 Investimentos Financeiros

No período de 2018 e 2017 a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2018	2017
Investimentos Financeiros		
Investimentos noutras empresas	12.092,06	12.092,06
Títulos de dívida pública	569,81	569,81
Total	12.661,87	12.661,87

9.2 Créditos a Receber

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Cientes e Utentes c/c		
Cientes	28.740,89	33.179,41
Total	28.740,89	33.179,41

9.3 Outros Ativos Correntes

A rubrica "Outros Ativos Correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

	2018	2017
Devedores por acréscimo rendimentos - involvepeople	6.123,83	5.833,60
Total	6.123,83	5.833,60

9.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
Involvement	38.400,00	21.600,00
Seguros	2.957,80	2.866,10
Total	41.357,80	24.466,10

9.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	1.195,64	628,96
Depósitos à ordem	6.684,27	7.331,56
Depósitos a prazo	60.005,71	60.065,11
Total	67.885,62	68.025,63

9.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	617.137,70	0,00	0,00	617.137,70
Resultados transitados	-1.205.706,15	55.091,12	0,00	-1.150.615,03
Reavaliação Ativos Fixos Tangíveis (edifícios)	1.832.521,03	0,00	0,00	1.832.521,03
Total	1.243.952,58	55.091,12	0,00	1.299.043,70

9.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	46.685,27	74.819,40
Total	46.685,27	74.819,40

9.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares	117,00	0,54
Segurança Social	544,76	537,10
Total	661,76	537,64

9.9 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros Passivos Correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos		4.817,49		4.817,49
Credores por acréscimo de gastos		4.117,24		4.055,73
Remunerações em atraso		61.287,27		177.260,17
Outros credores (rendas)		4.648,11		4.648,11
Involvement		5.333,32		7.999,99
Total	0,00	80.203,43	0,00	198.781,49

9.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Doações e heranças – Donativos	1.063,69	950,53
Total	1.063,69	950,53

9.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Serviços especializados	16.642,90	8.685,70
Materiais	1.976,88	685,72
Energia e fluidos	814,15	1.418,99
Deslocações, estadas e transportes	0,00	0,00
Serviços diversos	11.544,48	12.810,76
Total	30.978,41	23.601,17

9.12 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Outros rendimentos	166.287,96	156.056,47
Rendimentos Suplementares	4.194,23	5.008,37
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros - alienações	11.712,48	0,00
Rendimentos em propriedades investimento	120.515,30	114.570,20
Correções relativas exercícios anteriores	14.877,15	4.674,86
Ganhos com antecipação PER – Plano especial recuperação	0,00	0,00
Outros rendimentos	14.988,80	31.803,04
Juros e rendimentos similares	17,10	69,02
Juros obtidos	17,10	69,02
Total	166.305,06	156.125,49

9.13 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	316,72	1.238,92
Correções exercícios anteriores	0,03	0,01
Donativos	572,50	370,00
Quotizações	96,00	300,00
Outros Gastos	5.106,52	5.104,32
Total	6.091,77	7.013,25

9.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	17,10	69,02
Total	17,10	69,02
Resultados Financeiros	17,10	69,02

9.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

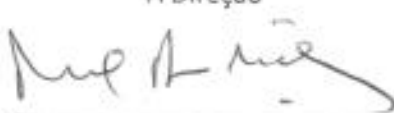
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de Dezembro de 2018

O Contabilista Certificado

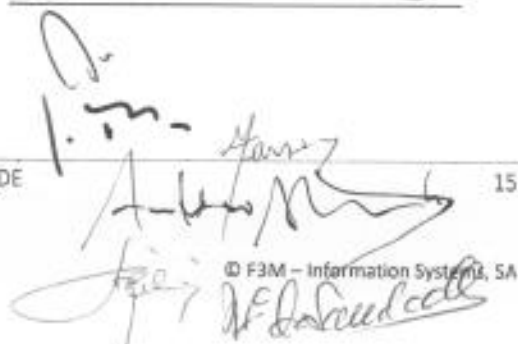


A Direção



VENERÁVEL IRMANDADE DE Nª SENHORA DO TERÇO E CARIDADE
Travessa Cimo de Vila, 19 – Porto
NIF: 500 846 669

15



© F3M – Information Systems, SA